

AS REFLEXÕES ÉTICAS DE PAUL RICOEUR

Ruth Rieth Leonhardt
Departamento de Filosofia
UNICENTRO
Guarapuava - PR

Resumo: Centrado no tema da ética de Paul Ricoeur o artigo objetiva explicar o que é a ética para o autor, os princípios que a orientam, sua aplicabilidade e atualidade. Esta ética é elaborada quando ele se lança à reflexão sobre o agir humano, questionando-se se este é um modo de ser essencial, numa tentativa de entender o homem no mundo atual. Assim, procura apreendê-lo no que sobressai da condição de agir e destaca o caráter racional da ação. Estabelece diferenciação para os termos ética e moral atribuindo ao primeiro a idéia de orientação pela excelência, pelo considerado bom, constituída anteriormente à moral. Já a moral compreende tanto os princípios do permitido quanto o sentido da obrigação que liga, aproxima o sujeito à obediência das normas. É a ética, porém, que se sobrepõe à moral e esta, em última análise, recorre àquela. Verifica-se que o autor utiliza as idéias de vida boa e amizade de Aristóteles e a solicitude implicada no imperativo categórico kantiano. Com estes alicerces, elabora uma idéia de ética que propõe a organização de uma vida harmônica, consoante, que valoriza a estima de si e o respeito de si, em que reine o espírito de solicitude, de concórdia, de solidariedade entre todos os homens da comunidade em que o mundo se transformou, no qual todos são o próximo, e que tem como guia a justiça das instituições. Nas circunstâncias difíceis, que se apresentam na ação cotidiana, a prudência é a virtude do homem sábio a ser exercitada em cada decisão em que a intenção ética se encontra com a norma moral. Portanto, a proposta que emana da concepção ética é factível e aplicável no cotidiano atual.

Palavras-chave: Ética; moral; filosofia; Paul Ricoeur

Abstract: Focusing in the Ethics theme from Paul Ricoeur's view, this paper aims to explain what is ethics to the author, the principles that direct it, its applicability and its present situation. This kind of ethics is created when Ricoeur takes into account the human behavior and questions himself whether it's an

essential way of being, in an attempt to understand the human being in the world. In this way, he tries to catch it in what is outstanding in the condition of doing and shows the rational disposition of the action. He also settles the difference between ethics and moral, explaining the first as the idea of guidance by excellence, by what is considered as good, and constituted previously to moral. As for the moral, it consists on as much the principles of what is permitted as the sense of duty, which link and bring near the subject to the obedience of rules. It is also clear that Ricoeur adopts Aristotle's ideas of friendship and good life and the solicitude, applied in Kantian's categorical imperative and, upon these bases, he forms an idea of ethics that points to the organization of an harmonic and consonant life, in which prevails the solicitude's spirit, the agreement, the helpfulness among all the men of the community in which the world turned itself, and into which everyone is also the other and there is a common justice for everybody. In the hard circumstances that show themselves through the daily actions, the prudence is the wise men's virtue to be exercised in each decision that the ethics intention meets itself with the moral rules. Therefore, the proposal that comes from the ethics conception is factual and applied in nowadays.

Key- words: Ethics; moral; philosophy; Paul Ricoeur.

“ ‘Ah! Puisseons-nous être heureux! Ah! Si nous étions heureux! On ne commande pas d’être heureux, on souhaite l’être”. Paul Ricoeur

Introdução

É possível ser feliz praticando más ações ou agindo automaticamente, obedecendo a impulsos de fora de si mesmo? Estuda-se a ética de Paul Ricoeur que é uma tentativa de entender o homem no mundo atual, apreendendo-o no que sobressai da condição humana de viver e agir, destacando o caráter racional da ação e mostrando um rumo possível.

Há aqueles que afirmam que a ética se projeta com mais força, faz-se mais urgente, quando há crises. Por causa do fazer da ciência, o impacto de suas realizações, o desconhecimento das conseqüências e a inadequação dos costumes e uma permissividade quase anômica, a ética é invocada, sempre tardiamente, a dar respostas que contemplem as mudanças, orientem os comportamentos, ofereçam conceptualizações, provoquem ações transitivas para o restabelecimento do sentido da ação. Quando a nau está à deriva, âncoras são imprescindíveis.

A ética é uma filosofia da ação. A ação não é solitária, não diz respeito só ao agente, pelas interações e conseqüências que incita.

A vivência em comum coloca o homem no espaço de liberdade de manifestação no qual ele se mostra, trata com o outro, é agente e paciente, dinâmico e estático, age e provoca algo e ainda sofre a ação.

Sempre atento às mudanças que se operam no cotidiano real, Paul Ricoeur incorpora tais mudanças em seu pensar e procura encontrar um fundamento teórico que sustente e explique o acontecer, pois o exercício intelectual e a análise das situações compõem um processo constante para que o próprio autor entenda o que se passa e elabore, segundo suas convicções e movimentos de pensamento, estrutura conceitual que responda aos questionamentos que se propõe.

Inserido nas turbulências intrínsecas à sociedade que, cada vez mais cosmopolita, multicultural, multiétnica, global, põe o homem frente a uma realidade que investe contra o historicamente estatuído, os fundamentos éticos da ação são repensados além da fragmentação, do volátil, da negatividade, para que seja encontrado um fio condutor que viabilize o convívio social e preserve o natural.

O estudo da ética de Paul Ricoeur é induzido pelo intento de se explicar o que é a ética para o autor, os princípios que a orientam e de verificar a atualidade e exequibilidade desta ética.

Tratar da ética não é fazer um recorte aleatório, ela está presente na reflexão sobre a condição humana de agir e se define pelos pressupostos mesmos da ação. A ética é parte de muitos dos temas por ele estudados e é recorrente em várias obras, em que o direcionamento é a ontologia que ele constrói.

Este escrito não tem a pretensão de trazer novidades ou acréscimos à obra de Ricoeur. O que se fará é uma leitura que permita se entender o arcabouço teórico exposto porque há sempre uma pergunta que se levanta: Qual a utilidade de construções teóricas? Há, para estas, uma aplicação prática no agir cotidiano individual? A referência são os capítulos VII, VIII e IX da obra *O si mesmo como um outro*¹.

Em seu todo, o referido texto foi desenvolvido em torno da afirmativa eu posso qualificando como sujeito moral o homem capaz: aquele que tem capacidade para se dizer locutor, se reconhecer autor de ações, de se identificar na narrativa da vida e ser responsabilizados pelos atos; e foram ressaltadas quatro capacidades realçadas no uso do verbo poder: a de falar, de agir, de narrar, e a de ser imputado pelas ações, declaração repetida pelo autor em diferentes momentos, tanto em obras como em conferências, artigos e entrevistas.

Este artigo se restringirá ao estudo do último uso acima citado – eu posso ser imputado pelas minhas ações – que se fixa na sabedoria prática, pólo que completa as capacidades enunciadas no eu posso com o aspecto ético que dimana da propriedade

¹ Em 1986 Ricoeur foi convidado pela Universidade de Edimburg para apresentar uma sinopse dos trabalhos que publicara, ao longo de cerca de quarenta anos de atividade intelectual, no evento denominado *Gifford Lectures*. Deste desafio é que surgiu *O si mesmo como um outro*. Este depoimento é relatado no texto *Synthèse panoramique* (referenciado no final).

humana da imputabilidade, ou seja, de o sujeito assumir-se autor dos próprios atos visto que, como consequência do fato de os homens viverem juntos, entretecerem relações interpessoais, mas também de viverem distanciados (apesar da proximidade física), as ações são predicadas em termos morais. A descrição da ação é base para a construção ética.

A ética em Paul Ricoeur

É muito fácil situar a ética ou sabedoria prática, no conjunto dos temas tratados por Paul Ricoeur: o próprio autor indica o nascimento deste interesse em 1972, (RICOEUR, 1997 (a), p. 102) que se concretiza e recebe o arcabouço conceptual naquela que ele denomina pequena ética, os capítulos VII, VIII e IX de *O si mesmo como um outro* em que faz a exposição ordenada da idéia de que a ética emerge da indagação de ser o agir humano um modo de ser fundamental. O texto trata dos temas nucleares da ética cujos elementos principais são a necessidade do homem de conquistar a felicidade, sua incompletude que, carente, pede a presença do outro e a vida social. Olivier Mongin afirma:

[...] este livro (*Soi-même comme un autre*) desempenha, contudo, um papel específico na economia da obra de Ricoeur: ele fixa as balizas de uma ‘hermenêutica do si-mesmo’ que favorece a edificação do projeto ético várias vezes anunciado, mas sempre adiado devido a múltiplos desvios. (MONGIN, 1997, p. 147).

Na elaboração desse projeto, o primeiro passo foi a clarificação conceitual da ética. Seguindo o procedimento metodológico do autor, põe-se em destaque o termo ética. De imediato, constata-se o insólito e a posição intemorata assumida: a distinção entre os vocábulos ética e moral. É uma posição forte visto que a etimologia adensa a unidade e o uso dos luminares da filosofia ética não é unânime.

Mesmo ressaltando a dupla origem das palavras ética e moral nas suas vertentes grega e latina e o sentido único – costume – que expressam, o autor abstrai a sinonímia que estabelece a homologia, a equivalência de significado e, por convenção, os considera dissímiles. Denota ao termo ética, o sentido do que é considerado bom e ao vocábulo moral o que se preceitua obrigatório sendo o primeiro convencionalizado como idéia e o segundo como as normas articuladoras desta perspectiva. É o que se verifica quando afirma “La transition entre éthique (téléologique) et morale (déontologique) me paraît imposée par les situations de conflit et de violence[...]” (RICOEUR, 1999, p. 8).² Desta forma, presta tributo à tradição aristotélica que pensa

² “A transição entre ética (teleológico) e moral (deontológico) parece-me imposta pelas situações de conflito e de violência [...] (tradução da autora).

o agir voltado para o fim último e à tradição kantiana que ensina o ponto de vista deontológico, no imperativo moral pois, para ele, cada elaboração filosófica traz em si a história das filosofias que a anteciparam. Aplica-se, aqui, a explicação por ele dada no prefácio da obra *La mémoire, l'histoire, l'oubli*:

[...] j'évoque et cite fréquemment des auteurs appartenant à des époques différentes, mais je ne fais pas une histoire du problème. Je convoque tel et tel auteur selon la nécessité de l'argument, sans souci d'époque. Ce droit me paraît être celui de tout lecteur devant qui tous les livres sont simultanément ouverts. (RICOEUR, 2000, p. III).³

Encontra, em Aristóteles e Kant, a dimensão fundante para a reflexão criadora, prova de autoridade, do construto de um projeto ético que quer ser resposta singular a problemas decorrentes da universalização e do afloramento de uma única humanidade problemas estes que aumentam a fragilidade e diminuem a responsabilidade. Há complementaridade entre os conceitos ética e moral, tal como ele convencionou, apesar de estar a ética posta num patamar superior, na medida em que tem um caráter dinâmico de projeto, do que se lança para adiante e é concebida orientação da ação pela excelência, pelo bem, para a realização feliz da vida humana.

Já a moral, estatuída norma, implica constrangimento, interdição, punição. A condição do homem relacional, inserido num contexto plural de relações humanas entrelaçadas e de mútuo influxo e interação, que se faz sentir na forma de poder de um sobre o outro, oportuniza a coação de uma vontade sobre outra vontade. Por tal razão, a necessidade do imperativo da punição e da reparação do dano sobressai quando é considerado o crescimento da arbitrariedade, do constrangimento do poder, a fim de impor limites à prática do mal, à ação incontrolada do homem.

A bipartição conceitual de ética e moral não provoca o afastamento, a clivagem. Induz a complexão quando a vida boa e o desejo de realização, aduzidos pela ética, são mais essenciais que a obrigação moral. Diz Mongin:

[...] se a ética envolve a moral, nem por isso deixa de lhe conferir um papel e uma prioridade indispensáveis. O movimento é, ao mesmo tempo, progressivo e circular: a ética tem a ver com a moral num mundo em que não é concebível o acordo sobre fins, mas a ética designa, simultaneamente, uma intenção sem a qual a moral não tem significado.” (MONGIN, 1997, p. 167).

A divisão concebida por Ricoeur não se constitui fim em si mesma. É um procedimento meio para sustentar a tese de que a estima de si e o respeito de si, recobertos

³ “[...] eu evoco e cito frequentemente alguns autores pertencentes a várias épocas diferentes, mas eu não faço uma história do problema. Eu convoco tal e tal autor segundo a necessidade do argumento, sem preocupação de época. Este direito me parece ser aquele de todo leitor diante de quem todos os livros estão simultaneamente abertos.” (tradução da autora)

pelo sentido teleológico e deontológico, realizam-se na vida prática, no cotidiano guiados pela prudência. “É, portanto, por convenção que eu reservarei os termos ‘ética’ para a perspectiva de uma vida concluída e ‘moral’ para a articulação desta perspectiva em normas caracterizadas ao mesmo tempo pela pretensão à universalidade e por um efeito de constrangimento [...]” (RICOEUR, 1991, p. 200).

Em *O si mesmo como um outro* encontra-se a definição de ética que fixa o ponto fulcral da teoria: “Chamamos ‘perspectiva ética’ a perspectiva da ‘vida boa’ com e para outros nas instituições justas.” (grifos no original) (RICOEUR, 1991, p. 202). Ora, definição, implicitamente, determina limites, elucida. Não é o que ocorre com a definição apresentada, porque esta, ao fazer referência, remete ao esclarecimento dos elementos que a compõem e implica a divisão dos termos que, na verdade, são possuidores de conteúdos significativos que não podem ser ignorados. Assim, a definição é dividida em seus termos essenciais que passam a ser submetidos à análise minuciosa do que expressam.

A definição de ética apresentada está erigida sobre três pilares: a vida boa, a solicitude e as instituições que, no modo de ver do autor, só adquirem sentido e a densidade atribuída quando da articulação entre si. Assim, é possível dizer que a definição, composta por partes justapostas, não se estrutura linearmente, mas se completa quando se fecha o círculo com o processo reflexivo capaz de desvelar a visão de conjunto. A definição é, pois, analisada por Ricoeur sob subtítulos que a subdividem em unidades menores, compreendendo: 1) ‘visar a vida boa...’ (p. 202); 2) ‘... com e para o outro’ (p. 211); ‘...nas instituições justas’ (p. 227) a fim de explicitá-la, segundo um entendimento particular.

Contra o destaque atribuído à instantaneidade de todas as coisas em que nada permanece, fixa-se por um tempo maior que o interesse momentâneo e o prazer superficial, passageiro, Ricoeur expõe o conceito de vida boa com base em Aristóteles, muito especialmente na *Ética a Nicômaco*⁴, o que fica expresso quando diz: “O primeiro componente da perspectiva ética é o que Aristóteles chama ‘viver bem’, ‘vida boa’ [...]” (RICOEUR, 1991, p. 203) porque, segundo seu modo de entender – sem levar em conta qualquer tipo de conteúdo particular, instrumental que abarque a idéia singularmente – seja o que for que cada um concebe para si como a completa realização de projetos e anseios, é isto que pode ser entendido como fim último.

Aristóteles abre a *Ética* dizendo que o bem é o que todas as coisas visam e logo adiante diz que a felicidade deve ser o melhor dos bens para o homem. Listando quais são estas coisas, enumera a arte (entendida como *techné*), a investigação, a ação, a escolha preferencial, tentando abarcar a totalidade da vida ativa. “[...] evidentemente tal finalidade deve ser o bem e o melhor dos bens.” (ARISTÓTELES, 1992, 1094 a, 5).

Não considera, porém, que a afirmativa seja conclusiva, tanto que dedica todo o livro I ao estudo do bem, submetendo a idéia de bem a rigoroso estudo que

⁴ A obra de Aristóteles *Ética a Nicômaco* será referida neste artigo sob o nome completo, ou simplesmente *Ética*.

procede por eliminação do particular para identificá-la com o universal visto que, bem, por não ser conceito unívoco, é conhecido analogamente. E infere que a felicidade é o maior de todos os bens e é procurada por si mesma. Não se constituindo meio, ela é fim, o fim visado. “Parece que a felicidade, mais que qualquer outro bem, é tida como este bem supremo, pois a escolhemos sempre por si mesma, e nunca por causa de algo mais [...]” (ARISTÓTELES, 1992, 1097 a 7).

A felicidade não se esgota em prazeres passageiros que podem advir da vida cotidiana e do convívio com os demais homens, nem é um estado de euforia, de êxtase imóvel, inefável, imutável. Para dar conta da essencialidade, a felicidade é autônômica, autárquica, isto é, nada lhe falta, não tem carência alguma, o que lhe assegura a conotação de perfeição. Ela é finalística. “Logo, a felicidade é auto-suficiente, e é o fim a que visam todas as ações.” (ARISTÓTELES, 1992, 1097 b). Portanto, o aspecto teleológico evidencia-se, pois é para o bem supremo que toda a ação é direcionada, sem que fique esquecido o bem das ações que se realizam com vistas a ele, movidas pela auto-satisfação, pela excelência para realizá-las da melhor forma possível.

A deliberação sobre o melhor é fruto do raciocínio e a escolha é pautada pela prudência. Então, o homem é feliz fazendo coisas boas que são escolhidas porque ele sabe que elas o são. “[...] é óbvio, também, que a escolha não será acertada sem o discernimento, da mesma forma que não o será sem a excelência moral, pois o discernimento determina o objetivo e a excelência moral nos faz praticar as ações que levam ao objetivo determinado.” (ARISTÓTELES, 1992, 1145 a). O que fica dito é que o homem agente é capaz de ser a causa da própria felicidade uma vez que a atividade lhe é peculiar e pode fazer que a função que o caracteriza seja cumprida conforme a excelência.

Ao se colocar como interlocutor de Aristóteles, Ricoeur o submete a seu crivo questionador. “[...] o modelo meio-fim parece conduzir efetivamente a uma falsa estrada, visto que ele convida a construir todas as relações entre fins subordinados e fim último sobre uma relação que permanece fundamentalmente instrumental.” (RICOEUR, 1991, p. 205). No cotidiano, o que se conhece são os meios que podem servir à consecução dos fins. Estes são passíveis de escolha e de deliberação e têm a prudência como condutora. Se o conceito de vida boa, já para Aristóteles não se basta, submetido às análises de Ricoeur e a seu procedimento hermenêutico, mostra o inacabamento. Por isto ele questiona:

Que é que vai contar para mim como uma descrição adequada do fim da minha vida? Se esta é realmente a última questão, a deliberação toma um curso inteiramente diferente de uma escolha entre meios; ela consiste, de preferência, em especificar, em tornar praticamente mais determinada, em fazer cristalizar essa nebulosa de sentido que nós chamamos ‘vida boa’. (RICOEUR, 1991, p. 205, nota 2).

A dificuldade apontada em Aristóteles é resolvida por Ricoeur quando introduz a idéia de planos de vida, isto é, ideais mais distanciados, e as ações a serem empreendidas, avaliadas segundo critérios de vantagens e desvantagens. Há, assim, um fim

hierarquicamente superior, intrínseco ao agir humano, orientando as escolhas que ordenam as ações-meio intencionais sem fim em si mesmas. Nesse processo, acontece que, interpretando a ação, o sujeito interpreta-se a si mesmo. Fica introduzida a questão hermenêutica: “Interpretar o texto da ação é para o agente interpretar-se a si próprio.” (RICOEUR, 1991, p. 211).

Mas, os impulsos que movem o agir, não se integram naturalmente ao todo da vida boa. É um trajeto em que se concentra o aprendizado, a compreensão do rumo certo, a vitória sobre o que desvia. Aprendizado, compreensão e vitória são etapas dependentes do agente. A eudaimonia, a felicidade é o que todos almejam e resulta de um procedimento de superação, de fazer acontecer, da melhor forma possível, o que compete à condição humana. Contemporaneamente, os paradigmas da excelência, os critérios estabelecidos do melhor, segundo os conceitos da convivência social, servem de juízo do bem fazer. No final da avaliação, projeta-se, outra vez, a capacidade de poder dizer o valor da própria ação e o sujeito incluir-se na categoria estimada, designar-se a si mesmo bom. “É verdade, contudo, que a competição entre executantes e a controvérsia concernente aos padrões de excelência não teriam lugar se não existisse na cultura comum aos práticos um acordo bastante durável sobre os critérios que definem os níveis de sucesso e os graus de excelência.” (RICOEUR, 1991, p. 207/8).

Assim, Ricoeur procura demonstrar que a ação contém em si o componente teleológico imanente, que ali está constitutivamente, e explica o em si de ser boa a ação, a inclinação de toda a ação para o bem. A capacidade é intrínseca, a efetuação é deliberativa, voluntária. Entre os dois pontos o que media? É simples responder com Ricoeur: “É na relação entre prática e plano de vida que reside o segredo do encaixe das finalidades: uma vocação, uma vez escolhida, confere aos gestos que a empregam esse caráter de ‘fim em si mesmo’; mas não deixamos de retificar nossas escolhas iniciais;[...]” (RICOEUR, 1991: p.209).

A felicidade é autárquica, mas o homem é incapaz de viver só. A fragilidade, a incapacidade de sobrevivência que o caracteriza ao nascer, o faz dependente do outro, gregário e é absurdo, desproposital pensá-lo vivendo isolado de tudo e de todos. Esta característica do plano físico se projeta no plano social determinando a condição humana de viver junto que é peremptória, imperativa, indeclinável. O homem não vive só, há dependência e o agir adquire a dupla conotação de agir para e com o outro. Solange Vergnières afirma: “[...] o homem, como aliás outras espécies de animais, é um ser de relação, de associação, de amizade (philia). Agir é agir com os outros.” (CÉSAR e VERGNIÈRES, 2000, p. 24).

Considerando esta necessidade humana, o segundo ponto da definição trata da solicitude. Merece destaque, nesta parte, o uso das preposições com e para. A análise semântica permite que seja entendido o núcleo da tese ricoeuriana da solicitude.

A gramática é um auxiliar esclarecedor ao ensinar que as preposições estabelecem, entre os termos da oração, relação de movimento e de situação. Cada uma das preposições citadas, exerce uma destas funções: com indica situação de associação,

de companhia, do que é simultâneo; para indica movimento em direção a algo ou a um fim. Neste caso, a direção é o outro que não o si mesmo.

Compreende-se, com a gramática, que o uso das preposições reforça o conteúdo da ação, a relação que subentende, no mínimo, a dualidade. Esta se estende entre o sujeito que, inconcluso de per si, abre-se no encontro com o outro e a direção para, que, mais que movimento de aproximação, inclui no círculo outra presença. Este movimento não acontece como um apêndice, um acréscimo justaposto. Dá-se a partir de si mesmo e se projeta na reciprocidade, na correlação, na bilateralidade mútua, envolvente, para suprir a carência que a ausência de amigos faz sentir.

Ainda aqui, Aristóteles oferece a Ricoeur fundamentos filosóficos relevantes com as digressões sobre a amizade. A amizade é tratada na *Ética a Nicômaco*, nos livros VIII e IX, como decorrente necessário por que a vida boa não é solipsista.

Aristóteles considera a amizade imprescindível. Todos precisam de amigos e querem conviver com amigos, seja nas agruras ou no tempo feliz, visto que a amizade é uma excelência moral. Por meio da amizade se consolida a relação entre as pessoas que mantêm contatos permanentes. Este contato, só pelo fato de acontecer, não provoca a intimidade requerida na amizade. A amizade assim pensada não é automática, é uma escolha seletiva de quem quer o melhor que mana das trocas recíprocas advindas de relacionamentos consistentes, contínuos e estáveis e despertam o prazer de estar junto, de partilhar e usufruir a satisfação de dar e receber, de oferecer e ser retribuído na mesma proporção do sentimento doado. Tal como para o homem de bem a própria existência é desejável, é também a do amigo. Quem gosta de si, busca e estreita relações de amizade. Pode-se, então, dizer que a amizade advém da estima de si resultando, assim, sua estrutura dialética.

A amizade perfeita é a existente entre as pessoas boas e semelhantes em termos de excelência moral; neste caso, cada uma quer bem à outra de maneira idêntica, porque a outra pessoa é boa, e elas são boas em si mesmas. Então as pessoas que querem bem aos seus amigos por causa deles são amigas no sentido mais amplo, pois querem bem por causa da própria natureza dos amigos [...] (ARISTÓTELES, 1992, 1156 a).

Ricoeur admite que pode parecer incongruente que a referência a um si reflexivo desperte a relação, porém demonstra a diferença entre pronunciar o pronome pessoal eu e o si reflexivo⁵ que se direciona para além de si mesmo, para a ipseidade e a alteridade do outro e realça a relação mútua solicitada pela falta que marca o homem de bem que se percebe só. É da natureza da amizade a relação dialógica cujo substrato é reciprocidade: estimar o outro tanto como a si mesmo. A estima de si adita a solicitude. Solicitude é desvelo, zelo, diligência que se segue do saber da parcialidade que deixa sem substancialidade a plenitude almejada como felicidade, tocante à vida boa. Afirma Ricoeur:

⁵ Os conceitos de eu e si, identidade e ipseidade foram tratados pela autora no artigo *Pessoalidade e alteridade em Paul Ricoeur* publicado na revista ANALECTA vol. 5, nº2 jul/dez. 2004, p. 43-57.

“[...] a estima de si e a solicitude não podem ser vividas e pensadas uma sem a outra.” (RICOEUR, 1991, p. 212).

Ao reconhecer a fragilidade do argumento, que pode apontar para o paradoxo de a estima de si se desdobrar em solicitude, Ricoeur demonstra que esta é uma seqüência do fato de o amor a si mesmo, que caracteriza o homem bom, ser carente e se atualizar pelo compartilhamento, e que, portanto, são intimamente ligadas. “À estima de si, entendida como momento reflexivo do desejo de ‘vida boa’, a solicitude acrescenta essencialmente a estima da *ausência*, que faz com que tenhamos *necessidade* de amigos;” (RICOEUR, 1991: p.225). Outra vez em Aristóteles está a argumentação sustentadora da tese de que a aspiração à vida boa não se recluso egoisticamente. Enclausurado em si mesmo, o eu se eclipsa, se incapacita para a realização plena e a reflexividade se anula na estaticidade. O isolamento dissolve, faz inexistir a vida boa, porque é contraditório à convivência ínclita à pluralidade na medida em que nela está implicada a relação com o outro movida pela bondade do próprio aspirante que não a quer só para si mas também para os amigos.

Kant é outro sustentáculo da idéia de solicitude defendida por Ricoeur quando, na *Fundamentação da metafísica dos costumes* apresenta o princípio assim formulado: “*Procede de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre ao mesmo tempo como fim e nunca como puro meio.*” (grifo no original) (KANT, 1964, p. 92). Este princípio é interpretado segundo a idéia de que cada pessoa que faz parte desse todo denominado humanidade é digna de respeito e objeto de consideração, ainda antes da execução da ação. A solicitude está fundamentada na mutualidade do dar e receber e tem bases em profundidades que ultrapassam a simples obediência ao dever e se fixam no que Ricoeur denomina espontaneidade complacente. Na solicitude, os sentimentos desempenham importante papel. “J’ai proposé d’appeler sollicitude la structure commune a tous ces dispositions favorables à autrui qui sous-tendent les relations courtes d’intersubjectivité.”⁶ (RICOEUR, 2003: p.8). A reflexividade re-age na realidade de um mundo em que outros habitam. A bondade explica a solicitude, a consideração, o respeito ao outro. Ela se manifesta a partir do desequilíbrio de igualdade, pois a relação de amizade pode reconhecer uma fraqueza do outro e se tornar mais intensa. A amizade é um ponto fraco da eqüidade e não dá conta da exigência mais ampla que as relações sociais estendidas requerem. Com relação a este todo ampliado, a virtude da amizade encontra limites. À medida que se torna fluida, difusa, é incapaz de se estender a todos os anônimos. É aí que se coloca a terceira parte da definição, as instituições justas, a instância ética de viver junto. O justo não se emancipa, não se distancia da idéia de bem. “[...] o senso de justiça não cerceia em nada a solicitude; ele a supõe, visto que ela tem as pessoas como insubstituíveis. Em compensação, a justiça acrescenta à solicitude, uma vez que o campo de aplicação da igualdade é a humanidade inteira.” (RICOEUR, 1991, p. 236).

⁶ “Eu proponho chamar solicitude a estrutura comum a todas estas disposições favoráveis ao outro que subjazem às relações transitórias de intersubjetividade.” (Tradução da autora).

Por instituições, ele entende a organização do viver-junto, caracterizada pelo *ethos* de um grupo, de uma comunidade, de um povo. Verifica-se o entendimento do processo natural que faz nascerem as instituições, conseqüência da extensão das relações humanas para além do face a face. O viver junto dissemina-se para mais distante das relações interpessoais e se erige em relações inter-humanas derivadas da pluralidade. “[...] o viver bem não se limita às relações interpessoais, mas estende-se à vida das *instituições*.” (RICOEUR, 1991, p. 227). A relação primeira de um eu com um tu, ampliada, abarca um sem número de outros que podem ser designados, na expressão de Ricoeur, cada qual. Estes se tornam longínquos no cotidiano e mesmo assim se unem por relações de dependência, compartilham costumes comuns consolidados na duração, na permanência, na coesão; costumes que fazem referência ao passado e se colocam com vistas ao futuro, à conservação. Assim, do poder que brota do viver-junto se formam as instituições. Com o distanciamento, a obrigação moral perde a força do sentimento de constrangimento de ser responsável pelo outro. Isso dá espaço a formas de injustiça.

Nas instituições, o plano ético da vida boa com o outro desponta como justiça peculiarizada pela *phronesis*, a prudência, a fim de que prevaleça o equitativo.

No plano teleológico da aspiração a viver bem, o ser justo é este aspecto do ser bom relativo ao outro. No plano deontológico da obrigação, o ser justo identifica-se com o ser legal. Resta conferir um nome ao que é ser justo no plano da sabedoria prática, em que se exerce o juízo em situação; proponho a resposta: o ser justo já não é então o ser bom nem o ser legal, é o ser equitativo. (RICOEUR [1997(b)], p. 23).

Viver em instituições justas é se tornar mais humano e consolidar o viver bem sem ser agredido por qualquer forma de violência. A instância da justiça dimana da dissonância entre o que deve ser e o que é. Nesse ponto, Ricoeur encontra Kant e o sentido deontológico da obrigação, do constrangimento e a requisição de dever sobrevivendo da aspiração a viver bem com o outro quando este desejo se vê obstaculizado. A posição kantiana com relação ao dever é colocada no *imperativo categórico* que não admite termos condicionantes, é absoluto, relaciona-se com a lei moral e é enunciado no § 7 da *Crítica da razão prática* sob a denominação de Lei fundamental da razão pura prática e está assim redigido: “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, [1994], p. 42). O uso do verbo no tempo imperativo indica a força de uma elocução e o sentido prescritivo. A vontade, no caso do imperativo, é determinada objetiva e irrestritamente, isto é, está submetida à força de uma lei que é um princípio supremo. O moralmente bom se fixa mediante a um princípio universalmente válido, *a priori*, e o conhecimento de que a ação deve ser realizada vincula-se à lei moral, descartando-se motivações interesses ou inclinações de só objetivamente ligar os meios e os fins. É, pois, a razão que ordena a vontade, na ação, para que o ato tenha valor moral.

Ricoeur aponta que o enfoque deontológico tem, em Kant, uma conotação teleológica que se deixa ver na idéia de boa vontade, pressuposto para se afirmar que algo é bom e é indicativo de que a ação é boa em si, incondicionalmente. Mas, ressalta Ricoeur, essa boa vontade é limitada e está contida na noção de dever.

Por outro lado, o enunciado da ação traz em si a relação com o outro, pois a pretensão de universalidade pode ser tomada no sentido contrário da reflexividade da ação, se for invertida a posição de sujeito agente para a de paciente. Ao mesmo tempo que prescreve para o agente, o alerta para as conseqüências que podem advir.

Ricoeur usa o termo norma no mesmo plano do formalismo kantiano, considerando obrigatórias somente as normas que satisfazem o princípio da universalização e propõe ainda uma outra explicação do normativo que é a posição de um sujeito obrigado, um sujeito a quem compete a obrigação. Ted Klein explica: “Uma norma constitui uma forma universal enquanto um mandamento imperativo uma acção (sic) particular.” (KLEIN, [1999], p. 210). O ser obrigado é um modo subjetivo que advém da solicitude. Ao permissível e ao defendido atribui-se o predicado obrigatório. Este predicado é respeitante à ação e às máximas da ação. Já o imperativo concerne à ligação entre um sujeito obrigado e a própria obrigação da qual ele não pode se esquivar. É o reino da moral estatuída em norma, implicando constrangimento, interdição, punição.

A justiça não se põe instância autônoma porque faz referência ao bem e ao dever. O *apriori* da justiça é a responsabilidade pela extensibilidade dos efeitos da ação no espaço e no tempo. A responsabilidade se mostra num sentido aberto e se reveste da conotação de cuidado, de previsão, antecipação que supõem a prevenção, a previdência, a missão. Para melhor esclarecer quem é considerado responsável, apresenta o conceito de imputação - atribuição de responsabilidade a alguém - e encontra no termo inglês *ascription* e no alemão *Zurechnung*, elementos mais significativos, mais elucidativos que incluem a idéia de por na conta, conferir a ação a um sujeito determinado. A ascrição, nesse sentido de atribuição da responsabilidade a um sujeito específico, mostra a neutralidade da ação que, para se transformar em ato moralmente considerado, pede também a fenomenologia do si que identifica o eu como si mesmo e se coloca diante do outro. Dessa alteridade é que provém a responsabilidade moral de ser creditado como autor do dano e, portanto, passível da ascrição da culpa. Assim, retorna-se ao princípio da questão: o eu, não solipsista, só se realiza na vivência harmonicamente partilhada e ordenada pela justiça que permite a cada qual a realização da vida boa. A virtude das instituições é, pois, a justiça. Portanto, a ética, ciência do *ethos*, não dispensa a justiça.

“Et j’ouvrirai ici une parenthèse en disant que mes lecteurs ont plus de droit que moi d’interpréter parce qu’ils sont à une certaine distance où ils peuvent voir l’ensemble de mon travail philosophique” (PAUL RICOEUR)

A recensão dos estudos do autor em pauta consegue iluminar, esclarecer o roteiro filosófico que ensina uma ética prática.

Destas poucas idéias, pinçadas da grande obra de Ricoeur, podem ser tiradas algumas lições. É ele um filósofo da reflexão sobre e do comprometimento com uma convicção, perseguida com fidelidade e destemor. A discussão, o debate, a polêmica não assustam. A proposição de uma via alternativa se constitui na arquitetura de um filosofar ímpar que se mostra viável por meio da construção teórica. O percurso não é fácil. Muitas vezes, defronta-se com paradoxos que demandam superação, seja pelo exercício reflexivo ou pela aplicação da dialética que sintetiza polaridades.

Usando-se uma imagem literária, Ricoeur é aquele homem que chegou ao topo da montanha e quer trazer até este ponto culminante os tropos da subida para que eles orientem a descida. A subida e a descida são modeladas no cimo. O passado fala no presente para delinear, orientar o porvir. No pensador, há um inconformismo com o estado de coisas que acontece e com os procedimentos humanos nas relações que os homens mantêm. A irresignação se faz ação de pensar uma relação possível para superar a violência, principalmente aquela que fica patente na exclusão e sobeja no estado de solidão, medo e insegurança que se abate sobre todos os homens ao ponto de corroer e impossibilitar as relações de uns com os outros, de um grupo humano com outro ou de uma nação com outra nação. Ele quer que o aprendido com a vida sirva de guia para os tempos que acenam. O cíclico é retido no presente. Há a compreensão do tempo limitado que a cada um é dado. Porém não é só este lugar na existência que se tem. Ele se estende de um antes para um depois. É por isso que é necessário refletir sobre estes dois tempos - passado e futuro -para entender o que faz o homem enquanto ainda desfruta da vida biológica e convive com os iguais. É o sucesso para uma vida bem sucedida o orientador da reflexão. De que vale estar no espaço tempo mundano sem se poder descrevê-lo e prescrever algum ensinamento que foi conquistado com o viver e o refletir?

A intenção filosófica de Ricoeur, longe de dogmatismos e posições ideológicas radicalizadas, reivindica a estrutura prévia contida na história da filosofia como condição necessária da argumentação que legitima o projeto ético no plano da constituição ontológica.

Arquitetar e propor uma ética que toma como referencial autores polares não é tarefa simples. Porém, este não é fator desestimulante. Ao contrário, é desafio a ser enfrentado tendo como meta o desenlaçamento de nós por meio do uso de metodologias que, sempre que aplicadas, mostraram-se eficazes para o atingimento da solução procurada

A ética, a moral e a justiça constituem um conjunto mutuamente imbricado. Ciência prática cuja finalidade é a ação, ética em Ricoeur não é somente o preenchimento de um hiato, de uma fenda encontrada, tal como um escolho, no caminho. Ela é, na verdade, o complemento, a atualização das possibilidades abertas pelo empreendimento reflexivo construído no afã, no desejo de interpretar o mundo dado, mas, principalmente, no intuito de definição de caminhos que se articulam a partir da experiência vivida. A capacidade humana de poder, não tomada apenas no plano físico, mas, mais especialmente, no de realizar, postula uma postura comprometida, reflexiva e pragmaticamente inextrincáveis, faculdade que faz do homem senhor dos atos e das decisões da vida.

Ao considerar a ação, o início de tudo, expressa a preocupação com a ética, pois ação e ética se relacionam intrinsecamente, inerem. A ação é atividade que se estende para além de ser si mesmo. A ação compreende a intenção do sujeito e o agente é responsável pelos efeitos dos atos praticados. Porém, há efeitos que fogem à relação primeira, há efeitos maus, desnaturados e há o encontro da ação de um com a do outro ocasionando o inesperado, o não intencionado. Assim, os efeitos da ação, ao se distenderem adiante e para longe do sujeito que age, se fazem abrangentes e autonômicos e atingem um sem número de pessoas do estrato social

Dessa forma, oferece a proposta de uma vida harmônica, com espírito de concórdia, para uma comunidade mundial em que todos são o próximo. É uma tarefa ingente, há que se reconhecer, porque o visado tem como objetivo atingir um mundo contingente e um homem submetido aos azares do acaso. Ricoeur crê e procura demonstrar que o homem é bom. O traço distintivo apostado por Ricoeur é a questão da responsabilidade.

Na verdade, os três elementos da definição apontados não são um novo, são retomados, são relidos e interpretados sob a orientação de um modo analítico e de um modo reflexivo de pensar. A inovação está na conjunção, no imbricamento e na relação que Ricoeur mostra existir. Reunir Aristóteles e Kant que estudam a sabedoria prática em contextos distintos e anunciam proposições desiguais, resulta de uma leitura que indica o entendimento de que eles se recobrem em pontos nodais significativos e completam-se um ao outro. É, também, reconhecimento do valor desses fundamentos anteriormente assentados.

No respeitante à ética, o detalhamento da posição aristotélica e da posição kantiana deixa ver que a coerência e a permanência evidenciam o valor das doutrinas, porém com limitações e insuficientes, cada uma por si, de dar conta de responder às expressivas mudanças que descortinam uma outra realidade, um mundo *sui generis*. A ética de Aristóteles visa a um homem que tem como base de apoio a *Pólis*. O homem bom tem na prática da virtude e no exercício da prudência o equilíbrio e a justificação essencial para aspirar a vida boa, a felicidade e agir segundo princípios objetivos condutores a uma disposição permanente da vontade de acordo com a reta razão. A ética kantiana supõe um sujeito capaz de agir segundo uma boa vontade, valor absoluto e irrestrito que faz conhecer a lei moral como um imperativo e se torna exigência formal da motivação da ação. A tentativa de superar o dualismo teleológico-deontológico é uma reação à polarização no entendimento de que são faces possíveis do modo de pensar a ação eticamente considerada. Integrados um ao outro, ordenam harmonicamente a ação. Para um mundo fragilizado, vulnerável à violência que se multiplica em inumeráveis formas, ao medo da possibilidade real do desaparecimento do homem e do mundo por ele construído, Ricoeur apresenta uma ética da responsabilidade que quer ser maior que a moral da obrigação e da punição.

O conceito de responsabilidade salienta a importância da inscrição social e a compreensão dos acontecimentos e eventos do mundo compartilhado. Não pode haver verdadeira justiça se o autor se dilui, some numa responsabilidade sem culpados

identificados. A vida boa não é pensada para um ser solitário. Há inserção e reciprocidade na sociedade. Por isso, colocação da solicitude no contexto da ética. Identificar a solicitude compreendendo-a imanente aos princípios de Aristóteles e Kant é uma interpretação que Ricoeur permite a si mesmo fazer a fim de estabelecer o elo de ligação que faltava. O mútuo é uma relação com dupla direção: de um eu para um tu e do tu para o eu. É aristotélico: o homem não faz coisas para ser feliz, mas é feliz fazendo coisas boas, agindo bem e ao perceber os reflexos positivos da ação. O agir, pautado por princípios éticos e direcionado pela norma moral, prefigura a convivência humana atual, segundo um modo de viver que prioriza a realização individual, a convivência respeitosa e assegura a justiça na sociedade. Assim, extrai dos fundamentos das duas tradições alicerces de suas teses que fazem possível a proposta de uma ética configurada em um patamar em que destaca a gama de peculiaridades problemáticas da atualidade, que clamam por uma orientação a fim de se interromper a inexorável destruição do ser homem.

A diferenciação entre ética e moral é um recurso para demonstrar a limitação tanto do argumento teleológico quanto do deontológico. A ética, campo de domínio dos princípios guias de uma vida bem vivida e que tem como fim último o bem para o homem atual é frágil porque calcada na virtude, nos bons sentimentos (muitas vezes forçados pelas inclinações) princípios que se esvaziaram pela perda de referenciais e de valores. A moral, subordinando-se ao prescritivo, apõe ao plano ético o complemento que lhe falta, isto é o impositivo da lei que não aceita restrições. Portanto, os princípios éticos, ou a perspectiva como é traduzida no texto, prepondera sobre a norma moral mas há que ser completada por esta e haver o necessário retorno da moral à ética quando a sabedoria prática se defronta com situações concretas que exigem decisões difíceis e querem respostas instantâneas. A ação submetida ao juízo moral ameniza os conflitos e aponta para a superação em direção a uma sabedoria prática regida pela convicção de dar à ação um modelo de justiça e deliberação pelo bem.

Do ponto em que Aristóteles e Kant se encontram, como num entroncamento, Ricoeur continua e apresenta detalhes não previstos por eles, que é a produção de uma terceira via, exequível. A alternativa é viável por não haver uma tensão disjuntiva: ou Aristóteles ou Kant. Propõe, então, o recobrimento da ética pela moral como pressuposto para um mundo de intensa vivência e pouca consciência. A moral, frente à complexidade dos eventos vividos, tem necessidade do recurso ético para a ordenação possível de uma vida harmônica para todos mediada pela ação prudente de todos. A estima de si que é salientada no plano da ética e requer a solicitude tem no plano moral o correspondente que é o respeito de si. A reflexão vem impregnada de elementos do *ethos* gerados na sociedade e aponta princípios ideais que transitam no plano teórico para a ação prática de cada homem que compõe a sociedade. A proposta é portadora de uma mensagem carregada de discernimento e sentimento de contribuir para extirpar o ignominioso do mundo atual. A prudência pode trazer a providência, a razão ao não pensado, não previsto, quando faz pensar, cogitar, prever o que virá.

Desta forma, é permitido, por fim, afirmar que a proposta ética de Ricoeur que ensina a constituição de uma vida boa para cada um em harmonia com todos e pautada pela justiça é realizável e pode ser uma das âncoras para o mundo atual, que anda à deriva, sem rumo, falto de valores estáveis.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2.ed. Brasília: UNB, 1992.

CESAR, Constança M. e VERGNIÈRES, S. **A vida feliz em Aristóteles e Ricoeur**. Revista Reflexão, Campinas, nº 77, p.22-33, maio/agosto, 2000.

HAHN, L. E. (*dir.*) **A filosofia de Paul Ricoeur**: 16 ensaios críticos e respostas de Paul Ricoeur a seus críticos. Lisboa: Piaget [1999].

KANT, I. **Crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70 [1994].

_____. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. São Paulo: Nacional, 1964.

KLEIN, Ted. **A idéia de uma ética hermenêutica**. In: HAHN, L. E. (*dir.*) **A filosofia de Paul Ricoeur**: 16 ensaios críticos e respostas de Paul Ricoeur a seus críticos. Lisboa: Piaget [1999].

MARTEL, F. **Le voyage philosophique de Paul Ricoeur**, Magasin Littéraire, Paris, nº 359, nov. 1997. <<http://www.magazine-litteraire.com/archives/ar390.htm>>

MONGIN, O. **Paul Ricoeur: as fronteiras da filosofia**. Lisboa: Piaget, [1997]

RICOEUR, Paul. **Da metafísica à moral**. Lisboa: Piaget, [1997](a).

_____. **O justo ou a essência da justiça**. Lisboa: Piaget, [1997] (b).

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. **O si mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. **Synthèse panoramique**. <<http://www.balzan.it/english/pb1999/ricoeur/paper/htm.1999.>>

_____. **De la morale à l'éthique et aux éthiques**. <<http://www.philo.unmontreal.ca/textes/ricoeur/MORALE.pdf>. 2003.>